



BRAM - Bradesco Asset Management S.A.
Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
 Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 62.375.134/0001-44
 Sede: Avenida Paulista, 1.450 - 6º Andar - Bela Vista - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos a apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2015, da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("BRAM"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A BRAM, empresa controlada pelo Banco Bradesco BBI S.A., é especializada na gestão de recursos de terceiros de diversos segmentos do mercado, como Varejo, Bradesco Prime, Bradesco Private, Bradesco Empresas, Corporate e Investidores Institucionais, além dos Internacionais.

No encerramento do 1º semestre de 2015, a BRAM possuía sob gestão R\$ 367 bilhões distribuídos em 769 Fundos de Investimento e 304 Carteiras Administradas, atendendo um total de 2.729.703 investidores.

No semestre, a BRAM registrou Lucro Líquido de R\$ 19 milhões, correspondente a R\$ 2.064,14 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 314 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 12,64%.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança, e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

São Paulo, SP, 29 de julho de 2015.
Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil					
	2015	2014		2015	2014
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	337.738	112.028	CIRCULANTE	24.868	44.200
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	628	516	OUTRAS OBRIGAÇÕES	24.868	44.200
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	236.808	-	Sociais e Estatutárias	487	25.479
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	236.808	-	Fiscais e Previdenciárias (Nota 12a)	8.472	8.195
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	88.328	99.712	Diversas (Nota 12b)	15.909	10.526
Carteira Própria	88.328	99.712			
OUTROS CRÉDITOS (Nota 7)	11.974	11.769			
Rendas a Receber	9.338	9.056	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	8.717	8.167
Diversos	2.636	2.713	OUTRAS OBRIGAÇÕES	8.717	8.167
OUTROS VALORES E BENS	-	31	Fiscais e Previdenciárias (Nota 12a)	5.639	5.553
Despesas Antecipadas	-	31	Diversas (Nota 12b)	3.078	2.614
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6.574	216.122			
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	-	211.805	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	313.866	279.036
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.574	4.317	Capital:		
OUTROS CRÉDITOS (Nota 7)	6.574	4.317	- De Domiciliados no País (Nota 13a)	148.000	133.000
Diversos	3.139	3.253	Reservas de Lucros (Nota 13c)	165.866	146.036
PERMANENTE	3.139	122			
INVESTIMENTOS (Nota 8)	256	122			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País	134	-			
Outros Investimentos	334	334			
Provisões para Perdas	(212)	(212)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 9)	1.998	1.949			
Outras Imobilizações de Uso	6.752	6.657			
Depreciações Acumuladas	(5.054)	(4.708)			
INTANGÍVEL (Nota 10)	1.185	1.182			
Ativos Intangíveis	4.047	3.423			
Amortização Acumulada	(2.862)	(2.241)			
TOTAL	347.451	331.403	TOTAL	347.451	331.403

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2015	2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	18.887	15.084
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c)	18.887	15.084
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	18.887	15.084
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	13.125	12.970
Receitas de Prestação de Serviços (Notas 14 e 22b)	58.488	55.034
Despesas de Pessoal (Nota 15)	(26.922)	(27.022)
Outras Despesas Administrativas (Nota 16)	(12.617)	(10.044)
Despesas Tributárias (Nota 17)	(5.631)	(4.786)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 8a)	(37)	(139)
Outras Receitas Operacionais (Nota 18)	539	91
Outras Despesas Operacionais (Nota 19)	(695)	(164)
RESULTADO OPERACIONAL	32.012	28.054
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	32.012	28.054
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 21a e b)	(12.770)	(11.957)
LUCRO LÍQUIDO	19.242	16.097
Número de ações (Nota 13a)	9.322.059	9.322.059
Lucro por lote de mil ações em R\$	2.064,14	1.726,76

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2015	2014
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	32.012	28.054
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	751	775
Despesas com Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	200	103
Depreciações e Amortizações	514	533
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	37	139
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	32.763	28.829
(Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(13.225)	(10.028)
Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	12.010	12.009
Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	1.702	739
(Redução) em Outras Obrigações	(8.405)	(7.218)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(24.310)	(23.956)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	535	375
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aquisição de Imobilizado de Uso	(162)	-
Aplicações no Intangível	(264)	(85)
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(426)	(85)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	109	290
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	519	226
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	628	516
Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	109	290

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
Saldos em 31.12.2013	133.000	10.631	144.461	-	288.092
Dividendos Declarados	-	-	(25.000)	-	(25.000)
Lucro Líquido	-	-	-	16.097	16.097
Destinações - Reservas	-	805	15.139	(15.944)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	(153)	(153)
Saldos em 30.6.2014	133.000	11.436	134.600	-	279.036
Saldos em 31.12.2014	133.000	12.232	149.575	-	294.807
Aumento de Capital com Reserva	15.000	-	(15.000)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	19.242	19.242
Destinações - Reservas	-	962	18.097	(19.059)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(183)	(183)
Saldos em 30.6.2015	148.000	13.194	152.672	-	313.866

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil					
Descrição	2015	%	2014	%	
1.1) Intermediação Financeira	18.887	28,8	15.084	24,8	
1.2) Prestação de Serviços	58.488	89,3	55.034	90,6	
1.3) Outras	(156)	(0,2)	(73)	(0,1)	
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(11.770)	(17,6)	(8.640)	(14,2)	
Comunicações	(3.526)	(5,4)	(2.218)	(3,6)	
Serviços Técnicos Especializados	(3.150)	(4,8)	(2.541)	(4,2)	
Processamento de Dados	(1.136)	(1,7)	(1.141)	(1,9)	
Propaganda, Promoções e Publicidade	(708)	(1,1)	(581)	(0,9)	
Viagens	(590)	(0,9)	(476)	(0,8)	
Serviços de Terceiros	(369)	(0,6)	(901)	(1,5)	
Transportes	(273)	(0,4)	(191)	(0,3)	
Contribuições Filiações	(150)	(0,2)	-	-	
Materiais, Energia e Outros	(64)	(0,1)	(57)	(0,1)	
Manutenção e Conservação de Bens	(69)	(0,1)	(110)	(0,2)	
Outras	(1.135)	(1,7)	(424)	(0,7)	
3 - VALOR ADICIONADO DE CAPITAL (1-2)	66.049	100,9	61.405	101,1	
4 - DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	(514)	(0,8)	(533)	(0,9)	
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	65.535	100,1	60.872	100,2	
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRIBUTAÇÃO	(37)	(0,1)	(139)	(0,2)	
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(37)	(0,1)	(139)	(0,2)	
7 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	65.498	100,0	60.733	100,0	
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	65.498	100,0	60.733	100,0	
8.1) Proventos	10.586	16,2	9.046	14,9	
Benefícios	3.244	4,9	3.860	6,4	
FGTS	877	1,3	749	1,2	
Outros Encargos	936	1,4	11.023	18,1	
8.2) Impostos, Taxas e Contribuições	21.080	32,2	19.087	31,4	
Federal	19.959	30,5	18.055	29,7	
Municipal	1.121	1,7	1.032	1,7	
8.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	933	1,4	871	1,4	
Aluguéis	933	1,4	871	1,4	
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	19.242	29,4	16.097	26,5	
Dividendos	183	0,3	153	0,3	
Lucros Retidos	19.059	29,1	15.944	26,3	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
 A BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("BRAM" ou "Instituição") tem como objetivo praticar operações e atividades atinentes às disposições legais e regulamentares aplicáveis às sociedades da espécie, inclusive a administração de carteira de valores mobiliários por intermédio de carteiras de fundos, clubes de investimentos e outros semelhantes, além da execução de outros serviços ou atividades correlacionadas à administração de recursos, podendo, para tal fim, celebrar convênios, bem como comprar e vender participações societárias e participar como sócia ou acionista de outras Sociedades. É parte integrante da Organização Bradesco "Organização", sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas, que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 29 de julho de 2015.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
 As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.
b) Apreciação do resultado
 O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.
 As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa
 Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda.
d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
 São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.
e) Títulos e valores mobiliários - classificação
 • Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
 • Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria; e
 • Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.
f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
 Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
 A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.
 Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.
 As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

g) Investimentos
 Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.
 Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

b) Classificação por categorias e prazos - distribuídas de acordo com os papéis que compõem as carteiras dos fundos

Títulos (1)	2015			2014		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado
Títulos para negociação:						
Letras financeiras do tesouro	4.226	6.919	-	19.710	30.855	30.855
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	40.355	40.355
Notas do tesouro nacional	40.355	-	-	-	-	-
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-	-	-
Debêntures	-	-	76	2.433	2.509	2.509
Letras financeiras	-	557	4.979	8.940	14.476	14.476
Outros	133	-	-	-	133	133
Total em 2015	44.714	7.476	5.055	31.083	88.328	88.328
Total em 2014	23.206	16.627	18.162	41.717	-	-

(1) A distribuição foi efetuada de acordo com os papéis que compõem as carteiras dos fundos, preservando a classificação da categoria e na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.
 Do total aplicado no encerramento do período, R\$ 88.195 mil (2014 - R\$ 99.587 mil) eram em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco; e
 (2) Valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado disponível, os valores são



Bradesco Asset Management

BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 62.375.134/0001-44
Sede: Avenida Paulista, 1.450 - 6º Andar - Bela Vista - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2015	2014	2015	2014
Empresa social	14.167	5.387	134	(403)
2bCapital S.A.	-	(1.489)	134	(403)
Total	14.167	3.898	268	(806)

(1) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados, periodicamente, pela Companhia e inclui variações patrimoniais da investida não decorrentes de resultado, quando aplicáveis;
(2) Investimento com participação inferior a 20%, entretanto foi avaliado pelo método de equivalência patrimonial por se tratar de investida integralmente controlada pela Organização Bradesco;
(3) Em 2014, o valor da participação de R\$ 403 mil no Patrimônio Líquido a Descoberto está registrado no Passivo a Descoberto na rubrica "Outras Obrigações" (Nota 12b).

b) Composição de outros investimentos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Investimentos por incentivos fiscais	218	218
Certificados de investimentos	99	99
Outros investimentos	17	17
Subtotal	334	334
Provisão para perdas em investimentos por incentivos fiscais	(212)	(212)
Total	122	122

9) IMOBILIZADO DE USO
Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa	Custo	Em 30 de junho - R\$ mil	
			2015	2014
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.608	(1.473)	1.135
Sistema de segurança de acesso	10%	933	(719)	214
Sistema de processamento de dados	20%	3.151	(2.862)	289
Total em 2015		6.752	(5.054)	1.698
Total em 2014		6.657	(4.708)	1.949

10) INTANGÍVEL
Os gastos com desenvolvimento de sistemas e softwares, com custo líquido de amortização correspondente a R\$ 1.185 mil (2014 - R\$ 1.182 mil), a amortização acumulada é de R\$ 2.862 mil (2014 - R\$ 2.241 mil).

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes
Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.
b) Provisões e passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.
A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.
O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.
I - Processos trabalhistas
São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras", em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.
II - Processos cíveis
São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.
III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais
A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

IV - Movimentação das provisões

	Em 30 de junho - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciárias (1)
No início do semestre	162	212	5.296
Atualização monetária	-	23	156
Constituições líquidas de reversões e baixas	1	20	-
Baixa por pagamento	-	(69)	-
No final do 1º semestre de 2015 (Nota 12)	163	186	5.452
No final do 1º semestre de 2014 (Nota 12)	206	167	5.387

(1) Compreende, substancialmente, ao processo de execução fiscal de ISS junto à Prefeitura do Município do Rio de Janeiro.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e elevadas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. O principal processo é a Autuação de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-bases de 2007 a 2010, lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no valor total de R\$ 13.551 mil (2014 - R\$ 12.505 mil).

12) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	6.679	6.522
Provisões fiscais (Nota 11b)	5.452	5.387
Impostos e contribuições a reconhecer	1.793	1.673
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 21)	187	166
Total	14.111	13.748

b) Diversas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Provisão para pagamentos a efetuar (1)	18.323	12.364
Provisão para passivos contingentes (Nota 11b)	349	373
Obrigações por aquisição de bens e direitos	315	-
Passivo a descoberto - Participação Acionária na 2bCapital (Nota 8a)	-	403
Total	18.987	13.140

(1) Inclui Participações nos Lucros e Resultados de empregados no montante de R\$ 10.091 mil (2014 - R\$ 9.257 mil).

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social
O capital social, no montante de R\$ 148.000 mil (2014 - R\$ 133.000 mil) totalmente subscrito e integralizado, é composto por 9.322.059 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de ações		R\$ mil	
	2015	2014	2015	2014
Em 1º de janeiro de 2015	9.322.059	133.000	133.000	15.000
Aumento de capital com reservas AGO/E (1)	-	-	-	15.000
Em 30 de junho de 2015	9.322.059	148.000	148.000	148.000
Em 30 de junho de 2014	9.322.059	133.000	133.000	133.000

(1) Em 27 de maio de 2015, o BACEN homologou a AGO/E de 28 de abril de 2015 que delibrou o aumento do capital social, mediante a utilização de parte do saldo de Reservas de Lucros - Estatutária no montante de R\$ 15.000 mil, sem emissão de ações.

c) Reservas de lucros

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Reservas de lucros	165.866	146.036
- Reserva legal (1)	13.194	11.436
- Reserva estatutária (2)	152.672	134.600

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio
Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos. O cálculo dos dividendos relativos aos semestres findos em 30 de junho está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2015	2014
Lucro líquido	19.242	16.097
(1) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(962)	(805)
Base de cálculo	18.280	15.292
Dividendos propostos	183	153
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	1,0%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil ações	19,63	16,41

14) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
O valor de R\$ 58.488 mil (2014 - R\$ 55.034 mil) corresponde às receitas auferidas na gestão de recursos de terceiros, calculado com base em percentual definido em contrato de intermediação de negócios (Nota 22).

15) DESPESAS DE PESSOAL

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Proventos	10.586	9.046
Participação dos empregados nos lucros	9.394	10.906
Encargos sociais	3.556	3.093
Benefícios	3.244	3.860
Provisões trabalhistas	9	10
Treinamento	134	107
Total	26.922	27.022

16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Comunicações	3.526	2.218
Processamento de dados	1.136	1.141
Serviços técnicos especializados	3.150	2.541
Propaganda, promoções e publicidade	706	581
Aluguéis	933	873
Depreciações e amortizações	514	531
Viagens	590	477
Serviços de terceiros	369	901
Transportes	273	191
Refeição e lanches	150	146
Contribuições filantrópicas	150	-
Manutenção e conservação de bens	69	110
Despesas de material	64	57
Outras	985	277
Total	12.617	10.044

17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Contribuição à COFINS	3.388	2.988
Impostos sobre serviços - ISS	1.121	1.031
Contribuição ao PIS	572	503
Impostos e taxas	550	29
Total	5.631	4.786

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
São Paulo - SP
Examinamos as demonstrações contábeis da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis
A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui,

18) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	-	2
Reversão de outras provisões operacionais	509	27
Recuperação de encargos e despesas	6	50
Outras receitas financeiras	30	12
Total	539	91

19) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Outras despesas financeiras	535	94
Provisões civis	45	3
Patrocínio	40	-
Ressarcimentos a clientes	72	52
Outras	3	15
Total	695	164

20) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com controlador (direto e indireto) e empresas coligadas estão assim representadas:

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2015		2014	
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A. (Controlador indireto)	628	516	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A. (Controlador indireto)	236.808	211.805	13.225	10.028
Dividendos:				
Banco Bradesco BBI S.A. (Controlador direto)	(487)	(25.479)	-	-
Aluguel:				
Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (incorporada pelo Banco Bradesco BERJ S.A. em 30.4.2014) (Coligada)	-	-	-	(189)
Banco Bradesco BERJ S.A. (Coligada)	-	-	(71)	(214)
Banco Bradesco S.A. (Controlador Indireto)	-	-	(38)	-
Serviços prestados:				
Banco Bradesco S.A. (Controlador Indireto)	-	-	(6)	(6)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração
Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:
• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
• A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar abertas dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2015, foi determinado o valor máximo de R\$ 1.700 mil (2014 - R\$ 4.800 mil) para remuneração dos Administradores (proventos) e de R\$ 1.700 mil (2014 - R\$ 4.800 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.821/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a administradores

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Proventos	390	954
Contribuição ao INSS	88	215
Total	478	1.169

Benefícios pós-emprego

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Planos de previdência complementar de contribuição definida	804	1.976
Total	804	1.976

A Instituição não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações
Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelos institutos financeiros empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

21) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	32.012	28.054
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente ...	(12.805)	(11.222)
Participações em coligadas e controladas	(15)	(56)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas indutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(394)	(1.026)
Outras	444	347
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(12.770)	(11.957)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Imposto de renda	9.085	(9.164)
Impostos diferidos	(3.685)	(2.793)
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(12.770)	(11.957)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	Saldo em 31.12.2014	Constituição	Realização
Saldo em			